COMPETÊNCIA X PROTECIONISMO PERSPECTIVAS DAS EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR BRASILEIRAS, FACE À QUEDA DOS SUBSÍDIOS DA UNIÃO EUROPÉIA

COMPETENCE X PROTECTIONISM PERSPECTIVES OF BRAZILIAN SUGAR EXPORTS IN VIEW OF THE END OF THE EUROPEAN UNION'S SUBSIDIES

Luiz Carlos Jacob PERERA

Professor do Instituto Presbiteriano Mackenzie, São Paulo eUniFACEF – Centro universitário de Franca jperera@mackenzie.com.br

Vania Giorgi Lopes **PUERTA** Professora do Instituto Presbiteriano Mackenzie, São Paulo vania_lopesp@hotmail.com

Thierry Jean Claude Chevalier La Roche **BARRAT** Professor do Instituto Presbiteriano Mackenzie, São Paulo tbarrat@hotmail.com

Julianna Chrystina **BAGATIN** Professora do Instituto Presbiteriano Mackenzie, São Paulo ju_bagatin@yahoo.com.br

Felipe Bergonzoni **BATTAGLIA** Professor do Instituto Presbiteriano Mackenzie, São Paulo felipebattaglia@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho objetiva conhecer, através de pesquisa realizada junto aos principais agentes exportadores brasileiros, os fatores que podem influenciar tanto as decisões da União Européia-UE, com relação à eliminação dos subsídios ao açúcar, quanto os fatores de logística interna que podem afetar as exportações brasileiras. O artigo apresenta um referencial teórico que mostra o desenvolvimento e importância do setor sucroalcooleiro para o agronegócio brasileiro, discute o mercado mundial de açúcar à luz da decisão da Organização Mundial do Comércio e mostra os efeitos danosos dos subsídios para o equilíbrio de mercado. Na opinião dos executivos entrevistados, a UE cumprirá as determinações da OMC, no entanto, os exportadores brasileiros deverão juntar seus esforços aos do governo para remover tradicionais gargalos logísticos como deficiências de transportes, estradas e estrutura portuária. Superados os obstáculos, o Brasil estará em condições de atender a uma demanda adicional de 1,6 milhões de toneladas de açúcar.

Palavras-chave: Organização Mundial do Comércio (OMC) – União Européia (EU) – Subsídios – Açúcar – Setor Sucroalcooleiro – Agronegócio.

Abstract

The present paper has the objective of examining, through a questionnaire applied to the most important exporting agents in Brazil, the factors that may influence the decision of the European Union to eliminate sugar subsidies, as well as the internal logistic factors that may influence Brazilian exportation. The paper presents a theoretical reference system that shows the importance of the sugar-alcohol sector for the Brazilian agribusiness, discusses the world sugar market as regarding the World Trade Organization's decision, and shows the damaging effects of subsidies to market equilibrium. According to the interviewed exporting agents, the EU will comply with the WTO's resolution; nevertheless, Brazilian exporters should join efforts with the government to remove traditional logistic bottlenecks such as deficiencies in transportation, roads, and port infrastructure. When these obstacles have been overcome, Brazil will be able to meet an additional demand of 1.6 million tons of sugar.

Key-words: World Trade Organization (WTO) – European Union (EU) – Subsidies – Sugar – Sugar-Alcohol Sector – Agribusiness.

Introdução

O Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo. Na média, 55% da cana brasileira é transformada em álcool e 45% em açúcar. A cana-de-açúcar transforma-se em energia tanto ao ser consumida na forma de açúcar pelas pessoas, quanto ao ser utilizada como combustível, produzindo energia não poluente e renovável. Uma tonelada de cana tem o potencial energético equivalente a 1,2 barris de petróleo.

O processo de produção de cana, açúcar e álcool no Brasil tem uma diferença significativa em relação aos demais países produtores, pois devido à grande extensão territorial e clima favorável o plantio e a produção tornaram-se extensivos e contínuos no tempo. No Brasil, em 1% das áreas agriculturáveis, plantam-se 4,5 milhões de hectares de cana. A cana é plantada no Centro-Sul e no Norte-Nordeste, o que permite dois períodos de safra, ou uma produção praticamente contínua. Isto é muito relevante, pois garante o abastecimento não só da frota automobilística, como também de 307 centrais energéticas existentes no Brasil (ÚNICA, 2006).

O Brasil sempre ocupou um lugar de destaque entre os grandes produtores de açúcar, no entanto, o movimento que possibilitou alcançar a posição de maior produtor mundial de açúcar tem alguns marcos bastante significativos na história recente do país, e foi sempre influenciado por atitudes governamentais. O Proálcool, criado no final de 1975, foi um programa bem-sucedido de substituição em larga escala dos derivados de petróleo que, segundo Silveira (2004) "... fomentou investimentos que propiciaram aumento de infraestrutura e capacidade das unidades produtoras, e transformou o álcool num produto de grande expressão da indústria sucroalcooleira". Considerando as safras de 1975/76 a 1979/80, a produção alcooleira cresceu de 600 milhões de litros para 3,4 bilhões de litros.

Outro marco importante foi a desregulamentação do setor, a partir de 1990, com a extinção do *Instituto do Açúcar e do Álcool* (IAA). Na prática, a medida significou a desvinculação da tutela governamental ao

setor sucroalcooleiro. Veiga Filho (2001) assim se expressou: "O governo sinalizava o fim do protecionismo, com a extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA)". Esta será uma atitude fundamental, pois dará respaldo ao questionamento brasileiro contra o protecionismo da UE, junto à OMC.

Finalmente, o terceiro evento relevante para o setor ocorreu, em 1999, com a liberação do câmbio. Gasques e Conceição (2002) ressaltam a importância do câmbio para as exportações de açúcar: ... o coeficiente estimado para as exportações de açúcar sugere que um incremento de 1% no câmbio provoca um aumento de 2,8% nas exportações do produto, após o período de um mês". Ressalte-se que a liberalização do câmbio foi acompanhada por uma progressiva desvalorização da moeda brasileira, o que elevou a competitividade dos produtos nacionais exportáveis, entre eles o açúcar.

A seqüência de fatos que afetaram o setor sucroalcooleiro permitiu: (i) que o Brasil aumentasse a sua produção; (ii) que esse aumento fosse desvinculado do protecionismo governamental; e (iii) que alcançasse preços competitivos no mercado internacional. No entanto, nem tudo são flores, pois devido às características energéticas e estratégicas do produto, muitos países implementaram políticas agrícolas protecionistas tanto restritivas (cotas e taxações) quanto a prática de subsídios em larga escala, o que tem distorcido consideravelmente os preços praticados no comércio internacional.

Em novembro de 2002, o governo brasileiro ingressou com um pedido de averiguação, na *Organização Mundial do Comércio* (OMC), sobre os subsídios concedidos pela *União Européia* (UE), para a produção de açúcar. O Brasil contestava a exportação de açúcar excedente produzido e a reexportação de açúcar, importado dos países da Ásia, Caribe e Pacífico (ACP), beneficiados pela isenção de tarifas de importação, ferindo, assim, as regras do comércio internacional.

Em 29 de abril de 2005, o órgão de apelação da OMC considerou correta a argumentação de que o bloco europeu concede subsídios acima do que

foi acordado comercialmente com outros países, referente à exportação de açúcar branco. Também confirmou a distorção de mercado provocada pela exportação de açúcar C (excedente da produção subsidiada na Europa). Como conseqüência, a União Européia, a partir de junho de 2006, deixará de exportar para um mercado consumidor de 3,8 milhões de toneladas de açúcar. Essa fatia de mercado poderá ser absorvida por países exportadores como o Brasil, a Tailândia e a Austrália, entre outros produtores.

Considerando que o Brasil é o maior produtor e exportador do mundo, a retirada dos subsídios ao açúcar proporcionará uma grande oportunidade de crescimento do setor sucroalcooleiro. No entanto, surgem muitas dúvidas quanto à postura dos principais agentes da UE envolvidos nas práticas protecionistas e de exportação de excedentes favorecidos, uma vez que qualquer atitude mais rígida dos governos interessados, pode implicar novos arranjos sócioeconômicos, uma decisão que fatalmente não será simpática, nem fácil de implementar.

O artigo apresenta um referencial teórico que mostra o desenvolvimento e a importância do setor sucroalcooleiro para o agronegócio brasileiro, discute o mercado mundial de açúcar à luz da decisão da OMC e mostra os efeitos danosos dos subsídios para o equilíbrio de mercado. Os resultados são apresentados com base nas entrevistas e condensados em uma matriz de conteúdo. Finalmente, apresentam-se as conclusões relevantes e discutem-se possíveis consequências.

1 Fundamentação teórica

1.1 Agronegócio

De acordo com o *Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento* (MAPA, 2005), o agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira, tendo fundamental importância para o crescimento do país, pois é responsável por 33% do *Produto Interno Bruto* (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros.

Como se observa na Tabela 1, o agronegócio é responsável pelos superávits da balança comercial brasileira nos últimos anos, com saldos positivos de US\$ 24,8 bilhões em 2003 e US\$ 33,7 bilhões em 2004, influenciado pelo saldo da balança comercial do agronegócio (US\$ 25,8 bilhões e US\$ 34,1 bilhões respectivamente).

Tabela 1 - Evolução do Comércio Exterior Brasileiro – 2001 a 2005

	Exportação				Importação				Saldo			
Ano	Total	Agronegócio	D%*	Part. (%)	Total	Agronegócio	D%*	Part. (%)	Total	Agronegócio	D%*	
1995	46.506	20.871	9,25	44,88	49.972	8.613	51,69	17,24	-3.466	12.258	-8,70	
1996	47.747	21.145	1,31	44,29	53.346	8.939	3,79	16,76	-5.599	12.206	-0,43	
1997	52.994	23.404	10,68	44,16	59.744	8.247	-7,74	13,80	-6.750	15.156	24,17	
1998	51.140	21.575	-7,81	42,19	57.763	8.106	-1,71	14,03	-6.623	13.469	-11,13	
1999	48.011	20.514	-4,92	42,73	49.295	5.739	-29,20	11,64	-1.283	14.775	9,70	
2000	55.086	20.610	0,47	37,41	55.839	5.799	1,05	10,39	-753	14.811	0,24	
2001	58.223	23.863	15,78	40,99	55.586	4.847	-16,42	8,72	2.637	19.016	28,39	
2002	60.362	24.839	4,09	41,15	47.222	4.492	-7,34	9,51	13.140	20.347	7,00	
2003	73.084	30.639	23,35	41,92	48.260	4.791	6,67	9,93	24.824	25.848	27,03	
2004	96.475	39.016	27,34	40,44	62.782	4.881	1,88	7,77	33.693	34.135	32,06	

Fonte: SECEX/MDIC (2005b)

A inovação tecnológica no setor trouxe vantagens competitivas decorrentes da maior produtividade no uso dos fatores de produção, tais como mãode-obra, terra fértil, disponibilidade de recursos e condições naturais. A maior produtividade associada ao baixo custo dos fatores de produção no Brasil, gerou um ganho de eficiência produtiva, que permitiu reduzir o impacto negativo dos

^{*} Variação Percentual Referente ao Agronegócio

preços declinantes dos produtos agropecuários no mercado.

[...]o ganho de competitividade indica que, ante uma realidade de preços reais declinantes para os produtos agropecuários, não restou ao produtor alternativa que a de buscar na inovação tecnológica o caminho para manter a viabilidade de seu negócio." (AGRIANUAL, 2003).

O potencial agrícola brasileiro a ser explorado faz-se visível, porque se sabe que o Brasil apresenta muitas terras ociosas em relação à produtividade e aproveitamento.

"O Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não foram explorados. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a agropecuária e todos os negócios relacionados à suas cadeias produtivas. O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país." (MAPA, 2005)

1.2 Evolução do setor sucroalcooleiro do Brasil

No principio do século XV, houve uma grande revolução no mercado açucareiro com a introdução da cultura da cana nas ilhas do Atlântico (Ilha da Madeira), cuja distribuição na Europa foi dada à Holanda quebrando o existente monopólio veneziano. É nesse contexto que irá se dar a produção brasileira.

Koshiba e Pereira (2003) afirmam que o descobrimento do Brasil coincide com essa fase de expansão do cultivo e do consumo do açúcar no mundo. A partir de 1500, quando foi descoberto, o Brasil teve um período pré-colonial de 30 anos, em que houve apenas a extração do pau-brasil, sem efetiva colonização do território.

Com medo de perder o território brasileiro, devido aos conflitos com holandeses, ingleses e franceses, a coroa portuguesa enviou, ao Brasil, a partir de 1530, a primeira expedição colonizadora comandada por Martim Afonso de Souza que trouxe a primeira muda de cana ao Brasil e iniciou seu

cultivo na Capitania de São Vicente. No entanto, foi no Nordeste do Brasil, principalmente nas Capitanias de Pernambuco e da Bahia, que os engenhos de açúcar se multiplicaram. Martim Afonso de Souza com o interesse de povoar o território brasileiro, expulsar os invasores e iniciar o cultivo da cana, começou estruturar a produção açucareira com a instalação de engenhos e áreas de plantação (SUAPESQUISA, 2005).

A partir do início do século XVIII, a produção nas ilhas do Caribe e nas Antilhas cresce e o Brasil perde sucessivamente posições em importância na produção mundial. Inglaterra e França disputam em suas colônias os primeiros lugares na produção. Os holandeses perdem pontos estratégicos no comércio de açúcar. O Haiti, colônia francesa no Caribe, é o maior produtor mundial. Em 1760, os ingleses tomam Cuba um dos maiores produtores mundiais de açúcar.

Segundo Ramos (1999), em 1857, foi elaborado um programa de modernização da produção de açúcar baseado em um novo conceito produtivo, surgindo assim os Engenhos Centrais, que deveriam somente moer a cana e processar o açúcar, ficando o cultivo de cana exclusivamente por conta dos fornecedores. Nessa época, Cuba liderava a produção mundial de açúcar de cana com 25% do total e o açúcar de beterraba produzido na Europa e EUA significava 36% da produção mundial. O Brasil contribuía com apenas 5% de um total de 2.640.000 toneladas de açúcar produzidas em 1874. Não está no centro dos acontecimentos, mas continua entre os cinco maiores produtores.

As novas indústrias tinham cana própria, o que as tornava mais independentes de fornecedores. A essas novas unidades, somaram-se outras, de iniciativa privada, tanto no Nordeste, que concentrava o grosso da produção brasileira, quanto em São Paulo. As novas unidades foram denominadas de *usinas de açúcar*. Mesmo com as novas usinas em operação, não foi possível fazer frente à expansão do açúcar de beterraba que, por volta de 1900, representava mais da metade da produção mundial.

A Guerra Mundial, em 1914, provocou a devastação da indústria de açúcar européia, principalmente a do norte da França. Conseqüentemente, aumentou o preço do açúcar no mercado mundial e incentivou a construção de novas usinas no Brasil, notadamente em São Paulo, onde muitos fazendeiros de café desejavam diversificar seu perfil de produção. Pela continuidade do texto, observa-se que o Brasil além de manterse como um grande produtor de açúcar, lançava as bases para se tornar o principal produtor de canade-açúcar, em 2003, nove décadas a frente.

1.3 As características do setor exportador de acúcar brasileiro

A cana-de-açúcar no Brasil é produzida em duas regiões, Centro-Sul e Norte-Nordeste. Diferenciam-se tanto por regimes de chuvas diferentes como por volume produzido e exportado, por custo da produção e tecnologia. Caliento (2004) enfatiza as utilidades da cana-de-açúcar, que, além de ser a matéria-prima mais antiga do Brasil, traz inúmeros benefícios para a economia do país, gera açúcar, álcool anidro (aditivo para a gasolina) e álcool hidratado para os mercados interno e externo. Colabora ainda na produção de alimentos, papel, plásticos, produtos químicos, além de fornecer energia elétrica.

A mesma autora ressalta que a região de Ribeirão Preto, localizada no nordeste do estado de São Paulo, é considerada o principal pólo sucroalcooleiro do mundo. Isto porque além de produzir mais de 35% do álcool do país, também é o centro do conhecimento mundial na área, onde se desenvolve e exporta toda a tecnologia para o setor. As 82 cidades da região têm cerca de 40 usinas e mais de 300 empresas de equipamentos agroindustriais.

Segundo Burnquist et al. (2002), a indústria do açúcar no Brasil foi caracterizada pela intervenção do estado no mercado após a criação do *Instituto do Açúcar e Álcool* (IAA), em 1933, que tinha como função administração dos preços, das quotas aos produtores, dos subsídios à produção, o controle da exportação e as restrições ao capital estrangeiro.

De acordo com Andrade (1988 p. 669), a partir da década de 1970, surgem então fatos históricos que marcaram a ascensão da agroindústria canavieira no Brasil. Em 1973, eclode a primeira crise mundial do petróleo, propiciando a criação do *Programa Nacional do Álcool* (PROOÁLCOOL), através do Decreto nº. 76.593, de 14 de novembro de 1975.

[...] tinha como objetivo imediato expandir a produção de álcool com fins carburantes e tentar, ao mesmo tempo, abrir para a agroindústria canavieira, assim como para outros produtos agrícolas passiveis de utilização de álcool, novas perspectivas de mercado e equilibrar o nosso balanço de pagamento, mediante superávits na balança comercial, com a diminuição da importação de petróleo.

De 1975 até meados dos anos 80, o êxito dessa atividade teve como elementos, os conflitos no Oriente Médio, a primeira e a segunda crise mundial do petróleo e o papel do Estado como interventor. Nos anos 90, com o governo Collor, esse sistema começou a ser questionado, dando início ao processo de desregulamentação, ocorrendo uma acentuada abertura da economia, com a eliminação de barreiras não-tarifárias e quedas significativas das tarifas de importação.

Segundo Veiga Filho (2000), o crescimento das exportações brasileiras de açúcar é decorrente tanto por acontecimentos de ordem interna quanto externa. De origem externa, o Brasil passou a ocupar, em parte, o lugar de Cuba nesse mercado, após o fim do acordo entre União das Repúblicas Socialistas Soviética e Cuba. Já no âmbito interno, o crescimento deve-se às crescentes exportações do Estado de São Paulo, devido ao baixo custo de produção em relação às outras regiões do Brasil e ao mundo.

O processo de produção de cana, açúcar e álcool no Brasil tem uma diferença importante em relação ao de outros países: do plantio à comercialização do produto final, tudo acontece sem intervenção ou subsídios do governo, algo que se torna ainda mais significativo quando se leva em conta a complexidade da cadeia produtiva do setor (UNICA, 2005).

1.4 O mercado mundial de açúcar

O açúcar produzido mundialmente pode ser originado de duas culturas: a beterraba e a canade-açúcar. Entretanto, a produção de açúcar, a partir da cana compreende mais de 80% do total mundial, devido a apresentar menores custos de produção.

Segundo estimativas da *United States Department* of Agriculture – USDA (2005), a produção

mundial de açúcar é prevista em cerca de 140 milhões de toneladas na safra 2004/05, aproximadamente 8% acima dos 130 milhões de toneladas produzidos na safra de 2000/01. Os maiores produtores de açúcar no período considerado (vide Tabela 2) foram: Brasil, União Européia, Índia, China, Estados Unidos, Tailândia, Austrália e México.

Tabela 2 - Maiores Produtores Mundiais de Açúcar, em 1000 Toneladas, para as Safras de 2000 a 2004-05

	2000-01	2001-02	2002-03	2003-04	2004-05
Mundo	130.662	134.386	148.874	141.732	141.687
Brasil	17.100	20.400	23.810	26.400	28.370
EU	18.519	16.153	18.671	16.506	19.684
Índia	20.480	20.475	22.140	15.450	13.590
China	6.849	8.305	11.380	10.730	11.240
EUA	7.956	7.167	7.644	7.843	7.718
Tailândia	5.107	6.397	7.286	7.010	6.520
Australia	4.162	4.662	5.461	4.994	5.500
México	5.220	5.169	5.229	5.330	5.690
Cuba	3.500	3.600	2.250	2.300	2.000
Filipinas	1.805	1.900	2.160	2.160	2.160

Fonte: USDA (2005)

As exportações brasileiras de açúcar são altamente competitivas no mercado mundial, no entanto, alguns países adotam políticas protecionistas, consideradas desleais para competir nesse mercado, é o caso principalmente dos países da União Européia, que mantêm altos preços domésticos para esse produto.

Segundo Sheales et al. (1999), o mercado mundial de açúcar é caracterizado por intervenções governamentais que distorcem a produção, o consumo e o mercado de açúcar. As distorções são prejudiciais tanto para consumidores como para produtores em muitos países. Os consumidores prejudicados são os dos países que praticam subsídios, e os produtores prejudicados são os exportadores dos países concorrentes que não praticam políticas de subsídios.

Para Costa (2004) e Serodio (2004), as exportações altamente subsidiadas da União Européia influem os preços internacionais do açúcar, prejudicando diretamente países competitivos, como o Brasil, que ficam sujeitos à instabilidade do mercado e à restrição alfandegária dos países praticantes. Os subsídios às exportações são considerados como prática desleal de comércio, uma vez que interferem no mercado, prejudicando os produtores mais eficientes.

1.5 A Organização Comum de Mercado (OCM) e a Política Agrícola Comum (PAC) - Os Subsídios

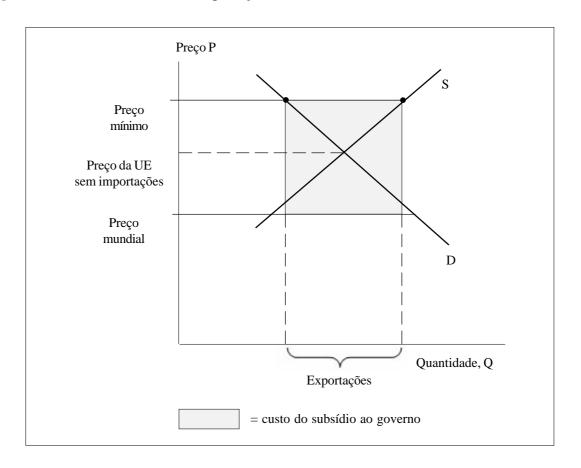
A *Política Agrícola Comum* (PAC) da União Européia não começou subsidiando as exportações, mas como um esforço para garantir

para uma política de subsídios às exportações (KURGMAN; OBSTFELD, 2001).

Krugman e Obstfeld (2001) afirmam que o subsídio às exportações é um pagamento a uma empresa ou a um indivíduo que embarca um bem para o exterior, vide Figura 1. Carbaugh (2004) complementa a explicação, mostrando que, ao proporcionar uma vantagem para os produtores domésticos, tais subsídios têm por finalidade incentivar as exportações de uma nação reduzindo o preço pago pelos compradores estrangeiros.

preços elevados aos fazendeiros europeus. A UE atuava como compradora compulsória dos produtos agrícolas sempre que os preços caíssem abaixo de um determinado nível. A partir dos anos setenta, os preços mínimos foram estabelecidos em níveis tão elevados que a Europa – que sob o sistema de livre comércio poderia ser importadora da maioria dos produtos agrícolas – estava produzindo mais do que os consumidores internos compravam. O resultado é que a UE se viu obrigada a comprar e estocar grandes excedentes de alimentos e, para evitar o crescimento desenfreado desses estoques, voltou-se, então,

Figura 1 – Custo dos subsídios às exportações



A Figura 1 mostra os efeitos dos subsídios nas exportações. O ponto de equilíbrio entre a oferta (S) e a demanda (D) mostra qual seria o preço interno da UE, sem práticas intervencionistas, colocando em destaque a falta de competitividade, quando o preço é comparado ao do mercado

internacional. O preço mínimo pago ao produtor é evidenciado por sua posição bem acima do preço internacional. Ao exportar o açúcar pelo preço do mercado mundial, o governo pratica o chamado subsídio cruzado, arcando com a diferença de custo representada pela parte hasuriada. A concessão do subsídio às exportações tem dois efeitos diretos na economia nacional: o efeito sobre os termos de troca e o efeito receita de exportação. O primeiro implica reconhecer que ao reduzir os preços do produto exportados os termos de troca desse país pioram. Simultaneamente, preços menores no exterior estimulam um maior volume de exportações. A geração de divisas no país pode compensar e mesmo superar as despesas efetuadas com os subsídios.

Segundo Moura Filho (2001), a estrutura de proteção e os subsídios aos setores açucareiros na União Européia têm origem nos sistemas de apoios nacionais de cada país-membro, unificados a partir da criação da *Política Agrícola Comum* (PAC). A principal forma de proteção aos produtos agrícolas na UE é coordenada pela *Organização Comum de Mercado* (OCM), que fixa regras para plantio, comercialização, preços, subsídios, estocagem e comércio exterior.

A Organização Comum de Mercado (OCM) do açúcar na União Européia baseia-se num preço de intervenção, que é bastante superior aos atuais preços praticados no mercado. Para regulamentar e controlar o mercado com base nos preços fixados, são impostas cotas de produção para cada país membro, indústria e fornecedor de matéria-prima. Paralelamente, tarifas de importação e taxas sobre o açúcar produzido completam a base dos recursos que financiam os subsídios.

O emprego de subsídio à exportação e a tarifa sobre a importação é previsto em ambos os sistemas de sustentação, no entanto, o subsídio à exportação se configura num instrumento que assume maior importância, dada a relevância do bloco, como exportador mundial de açúcar. A exportação, com a produção subsidiada, gera uma oferta excessiva do produto, afetando todo o comércio mundial desse setor.

Em 21 de novembro de 2002, o governo brasileiro ingressou com um pedido de averiguação na *Organização Mundial do Comércio* (OMC) sobre os subsídios concedidos pela UE para a produção de açúcar. Segundo o periódico *Valor Econômico* (2002) o relatório não contestava os altos preços pagos pelo açúcar das ex-colônias ACP (Ásia, Caribe e Pacífico), e sim as exportações subsidiadas do bloco.

Segundo Carvalho (2005), Presidente da *Única*, o processo contra a União Européia consiste basicamente em duas questões. A primeira é fundada no fato do Bloco Europeu exportar com subsídios cerca de 1,6 milhões de toneladas de açúcar que são importadas da ACP e o outro ponto refere-se às exportações de açúcar da produção excedente (Açúcar C).

De acordo com o *Relatório Órgão de Apelação* (2005), em ambos os casos, ocorrem violação do *Acordo de Agricultura da OMC* porque essas exportações subsidiadas excedem, tanto em quantidade como em valor, os compromissos europeus de redução. Segundo esses compromissos, a União Européia só pode aplicar subsídios até os limites anuais de 1.273.500 toneladas e 499,1 milhões de euros.

Em 22 de junho de 2005, a PAC – *Política Agrícola Comum* (2005) - apresentou um conjunto de propostas com vista a uma reforma abrangente da OCM – *Organização Comum do Mercado* do açúcar. Segundo a PAC, a reforma garantiria viabilidade a longo prazo do setor açucareiro europeu, e o novo regime continuaria dando preferência aos países em desenvolvimento da ACP.

As avaliações feitas pela PAC (2005) revelam claramente que a manutenção do atual regime é insustentável, pois sem uma reforma, as quotas teriam de ser drasticamente reduzidas, de um modo uniforme, medida que afetaria duramente os produtores mais competitivos e se traduziria num declínio do setor.

Segundo Carvalho (2005), a vitória brasileira, no caso do açúcar, veio pouco antes de a OMC comemorar dez anos de existência. Criada para proteger os interesses dos países industrializados, principalmente no que diz respeito ao acesso de seus produtos e tecnologia aos mercados, a organização conseguiu mostrar-se isenta a ponto de dar ganho de causa a quem merece, inclusive, em questões relativas ao vespeiro que é o mercado agrícola internacional.

Assim, a OMC reconheceu que exportações, mesmo realizadas a preços do mercado internacional, distorcem o comércio internacional se forem sustentadas por políticas de subsídio aos produtores.

2 Procedimentos metodológicos

De acordo com Cervo e Bervian (2004), em um estudo qualitativo, o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido a princípio, com hipóteses claramente especificadas e variáveis operacionalmente definidas. Preocupa-se com a quantificação dos resultados e com a medição objetiva, buscando a precisão, evitando distorções no tratamento dos dados e não se preocupando em enumerar ou medir os eventos estudados de forma estatística. "A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental" (CERVO; BERVIAN, 2004).

O Quadro 1 mostra de forma esquemática as diferentes fases da pesquisa e a relevância da Fundamentação Teórica desenvolvida que permeia e dá suporte a todas as fases da pesquisa. A pesquisa qualitativa desenvolvida foi de natureza exploratória, descritiva e bibliográfica, tendo como objeto de investigação o impacto da queda dos subsídios às exportações de açúcar da União Européia nas exportações brasileiras.

A população do plano amostral foi constituída pelas empresas exportadoras e demais agentes

interessados nas exportações brasileiras. Por se tratar de uma pesquisa de caráter exploratório a amostra foi escolhida por conveniência e os respondentes representaram empresas responsáveis por 45% das exportações de açúcar brasileiras, além dos principais órgãos classistas. Dessa forma, pretendeu-se garantir a robustez da pesquisa e sua capacidade de inferência.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. A técnica usada foi a da entrevista semi-estruturada, permitindo aos agentes entrevistados expressarem livremente sua opinião, sem perder o foco no objetivo da pesquisa. A entrevista foi feita pessoalmente pelos pesquisadores envolvidos no trabalho.

Na seqüência, as entrevistas foram transcritas e os dados ordenados, de acordo com a objetividade das perguntas, formatando-se uma Matriz de Conteúdo. Com base na Matriz de Conteúdo e transcrição das respostas, os resultados foram analisados, tecendo-se as conclusões parciais, que orientaram parte significativa das considerações finais.

3 Análise dos resultados

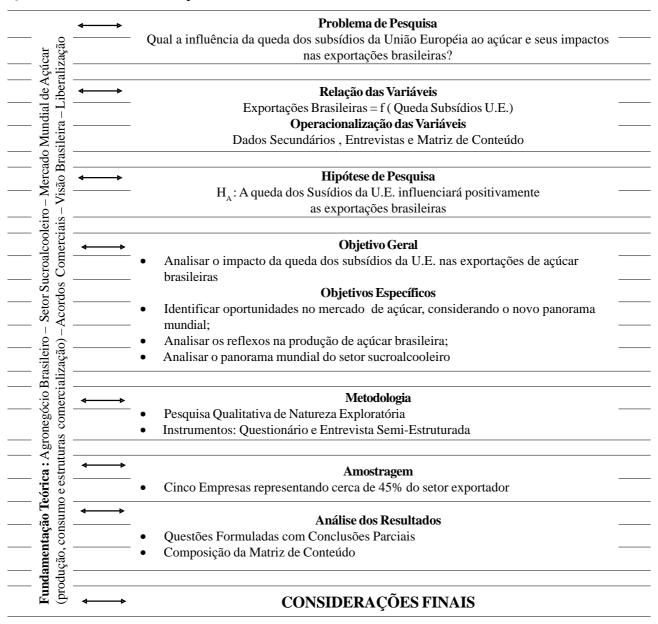
3.1 Perfil das empresas que participaram da pesquisa

MERX Comércio Internacional Ltda

A Merx é uma empresa de comércio internacional desde 1988. Principais áreas de atuação: Originação (agente de compras) de açúcar em caráter exclusivo para a Cargill International S.A.

Genebra, desde 1992, com volumes em torno de 2 milhões de toneladas/ano; importação de fibra de juta (matéria-prima), desde 1988 de Bangladesh; exportação de alimentos e produtos manufaturados para Angola desde 1988.

Quadro 1- Desenho da Pesquisa



COSAN S.A. Indústria e Comércio

É o maior grupo independente de açúcar e álcool do Brasil graças à integração e à administração centralizada de treze usinas de açúcar e etanol, duas refinarias de açúcar e dois terminais portuários. A COSAN é o maior produtor e processador de cana-de-açúcar do mundo, tendo alcançado resultados expressivos no exercício de

2005: processou 26,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. É o maior produtor de açúcar do Brasil, e situa-se entre os três maiores do mundo, tendo vendido 2,3 milhões de toneladas. É o segundo maior exportador de açúcar do mundo, tendo exportado 2,0 milhões de toneladas em 2005, representando aproximadamente 4% do total de exportações ocorridas no mundo. É o segundo maior vendedor

de açúcar refinado do mercado varejista brasileiro, através de sua marca *Da Barra*, com uma participação de mercado de aproximadamente 13% em 30 de abril de 2005. As exportações de açúcar são conduzidas principalmente por sua controlada *Cosan Operadora Portuária*, que opera as instalações portuárias e os armazéns no Porto de Santos no Estado de São Paulo.

ÚNICA – União da Agroindústria Canavieira de São Paulo

A Única é a maior entidade de representação institucional do setor sucroalcooleiro no Brasil, mantendo constante articulação com os sindicatos e associações dos estados brasileiros produtores de cana-de-açúcar. Constituída em 1997, como resultante da convergência de diversas organizações setoriais paulistas, a *Única* reúne 95 unidades produtoras associadas, responsáveis na safra 2003/2004 pelo processamento de 170,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar equivalentes a cerca de 57% da produção brasileira. Na entidade, estão também abrigados os sindicatos paulistas de fabricação de açúcar e de álcool, com 134 associados, representando a produção de 207,8 milhões de toneladas de canade-açúcar, na mesma safra. A instituição tem um Conselho formado por representantes das indústrias e uma diretoria executiva, constituída por profissionais com dedicação exclusiva, apoiada em um corpo de consultores nas áreas de meio ambiente, tecnologia, comércio internacional, responsabilidade social, jurídica, sindical e comunicação.

Datagro Publicações Ltda. – Informativos Reservados sobre a Indústria Sucroalcooleira

Datagro é a marca registrada de Plinio Nastari Consultoria e Participações S/C Ltda., uma empresa que tem prestado serviços de consultoria nas áreas de açúcar e álcool, para empresas sediadas no Brasil e no exterior, desde 1984. A base principal de clientes é formada por produtores e compradores de açúcar e álcool, trading companies, bancos, e produtores de insumos utilizados na fabricação de açúcar e álcool. Os clientes estão localizados no Brasil, Estados Unidos, Inglaterra, Suíça, Rússia, Japão, Tailândia e Índia. A Datagro oferece um serviço completo de informações sobre os mercados de açúcar, álcool e demais derivados da cana-de-açúcar no Brasil, reunindo o conteúdo produzido pela sua matriz, em São Paulo, e pelas filiais nas cidades de Recife e Santos.

COPERSUCAR – Coop. Prod. de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Est. de São Paulo

O quadro social da *Copersucar* é composto por 91 associados, sendo 29 unidades de produção de açúcar e álcool, localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Na safra 2004/2005, a Cooperativa fechou a safra com um faturamento consolidado de R\$ 4,5 bilhões. O valor está estrategicamente distribuído entre os mercados dos quais a cooperativa participa. As contas do Balanço de Pagamentos do país revelam a importante participação da empresa, com geração de divisas que variam entre US\$ 300 milhões e US\$ 400 milhões, e com o equivalente a US\$ 400 milhões poupados anualmente pelo uso do álcool combustível em substituição a derivados de petróleo de origem externa.

3.2 Principais resultados

A análise dos resultados seguiu o roteiro estabelecido pelo questionário utilizado nas entrevistas e teve como suporte a Matriz de Conteúdo constante do Quadro 2, a seguir. A numeração relaciona a questão formulada na entrevista com os principais conteúdos das respostas.

Quadro 2 – Matriz de conteúdo

	A	В	C	D	Е	Totais	Perc.
1. Aumento das exportações	X	X	X	X		4	80%
1. Diminuição na oferta mundial de açúcar refinado		X	X	X	X	4	80%
1. O Brasil terá condições de atender o novo mercado	X	X	X	X	Х	5	100%
2. Existe capacidade ociosa nas usinas		X	X	X		3	60%
2. Mix de produção açúcar/álcool sem capacidade ociosa nas usinas	X					1	20%
2. Investimento para criar capacidade de atender aumento de demanda		X	X	X		3	60%
2. Empresários devem tomar decisão de investir em produção		X	X	X		3	60%
3. A infra-estrutura atual atenderá aumento na demanda	X			X	X	3	60%
3. Existem gargalos na infra-estrutura de transporte	X	X	X	X	X	5	100%
3. Infra-estrutura portuária dependente da iniciativa privada			X		Х	2	40%
3. Necessidade de investimento em rodovias para atender nova demanda			X	X		2	40%
4. Não é possível afirmar se haverá outros artifícios compensatórios	Х	X	X	X	Х	5	100%
4. É esperado que a UE acatará a decisão da OMC	X		X	X		3	60%
4. A agricultura européia continuará a ser subsidiada para outros fins				X		1	20%
5. Austrália e Tailândia não representam uma forte concorrência para o Brasil	Х	X	X	X	Х	5	100%
5. Representam concorrência a curto prazo		X				1	20%
5. Produção da Tailândia depende do governo e seu governo está endividado			X		Х	2	40%
6. Haverá aumento do preço no mercado internacional	X	X	X	X	Х	5	100%
6. Pode haver aumento do preço no mercado nacional	X	X	X	Х	Х	5	100%
6. Preço no mercado interno tende a acompanhar o do mercado internacional			X		Х	4	80%
7. A União Européia respeitará a decisão da OMC	Х	X	X	Х	Х	5	100%
7. Existe a possibilidade de não respeitar				Х	Х	2	40%

1. A queda dos subsídios acarretará que tipo de conseqüências para a exportação brasileira de açúcar?

Na opinião dos representantes das empresas, a queda dos subsídios acarretará conseqüências positivas para a exportação brasileira de açúcar devido ao esperado aumento de demanda que se dará com a saída do açúcar excedente europeu do mercado mundial. Todos acreditam que o Brasil tem condições de aumentar sua produção atendendo o mercado que deixará de ter como fornecedor a União Européia.

Nas palavras de um dos entrevistados:

A Europa vai estar limitada a 1,3 milhões de toneladas/ano como acordado na OMC. Sendo assim, em torno de 3,5 a 4 milhões de toneladas deixarão de ser exportadas pela Europa a partir de 22 de maio de 2006, data que a EU concordou em

acatar. Hoje o Brasil detém de 38% a 40% do mercado internacional, logo espera-se ganhar uma participação proporcional (ao que a Europa deixar de exportar) algo em torno de 1,6 milhões de toneladas/ano para o Brasil.

2. Considerando que, a partir da retirada do subsídio ao açúcar da União Européia, o Brasil terá oportunidade de conquistar novos mercados (ÚNICA, 2005) — os produtores de açúcar terão condições de atender adequadamente esse excesso de demanda?

Os entrevistados concordam que existe capacidade ociosa nas usinas para a produção de açúcar, por isso, a exigência de se produzir mais necessitará de uma nova demanda será atendida com algum investimento em produção somado a essa capacidade ociosa. Além da capacidade ociosa, existe em todas as usinas a flexibilidade na produção

com um *mix* de açúcar e álcool, alternando-se na medida em que o *mix* possibilite a maior vantagem econômica.

3. A infra-estrutura logística do Brasil terá condições de atender o esperado aumento da exportação de açúcar, a partir do fim do subsídio europeu?

Conclusão parcial: As empresas acreditam que a infra-estrutura logística do Brasil irá atender o esperado aumento da exportação de açúcar, com o fim do subsídio, porém todos reconhecem que a estrutura logística é deficiente e possui gargalos (capacidade de estocagem, modal ferroviário, estrutura portuária etc.), que exigem investimentos privados e públicos para o seu aperfeiçoamento.

4. A Europa poderá de alguma forma usar outros artifícios para compensar a queda do subsídio?

Nas palavras dos entrevistados:

Dificilmente a Europa usará outro artifício, principalmente pelo fato deles tentarem estender o limite para desovar os seus estoques, o que já é uma indicação que eles respeitarão a decisão da OMC. (2) A agricultura européia vai continuar sendo subsidiada só que o subsídio não vai ser mais direcionado para excedentes de exportação. Provavelmente a Europa vai usar esses recursos para subsidiar agricultura com fins energéticos.

5. Países exportadores como Austrália e Tailândia representam uma forte concorrência para o Brasil na conquista de novos mercados?

Nas palavras de um dos entrevistados:

Não representam uma forte concorrência, pois além do custo do Brasil ser muito inferior ao deles, a capacidade de crescimento deles é mínima. O Brasil chega a crescer uma Tailândia em um ano.

Conclusão parcial: Na grande maioria das opiniões, no médio prazo, o Brasil não enfrentará uma forte concorrência por parte da Austrália e da Tailândia, pois além de serem atrelados a fortes

mecanismos governamentais, *sabidamente ineficientes* (grifo dos autores), seu produto não é de boa qualidade e possuem baixa capacidade de crescimento da produção.

6. O que poderá acontecer com o preço do açúcar sem as exportações da União Européia?

Conclusão parcial: Na opinião unânime dos entrevistados, sem as exportações da União Européia, o preço do açúcar aumentará tanto no mercado externo quanto no mercado interno, pois os preços tendem a acompanhar a variação internacional.

7. A Europa respeitará a decisão da OMC ao término do prazo?

Nas palavras de um dos entrevistados que representa a opinião de todos:

As Comunidades Européias tem indicado que vão cumprir com as determinações da OMC. Mas existe a possibilidade de a Europa não respeitar o prazo. Se isso acontecer restará ao Brasil solicitar autorização para retaliar as Comunidades Européias.

4 Conclusão

O mercado europeu sofreu grande mudança, após a criação da *Política Agrícola Comum* (PAC) e *Organização Comum de Mercado* (OCM) do açúcar, pois os subsídios se tornaram uma grande fonte de lucro para produtores de açúcar e agricultores de beterraba. Incentivados a aumentar continuamente a produção, rapidamente a Europa passou da condição de importadora para a cômoda posição de segundo maior exportadora do mundo.

O açúcar produzido era utilizado para atender ao mercado interno a um custo aproximado de 600 euros por tonelada, porém o excedente da produção (açúcar C) era exportado no mercado mundial ao preço de mercado (aproximadamente 300 euros por tonelada). O excedente causa um desequilíbrio no mercado ao aumentar consideravelmente a oferta de açúcar, impactando negativamente nos preços e prejudicando assim os demais países exportadores.

Com a decisão da *Organização Mundial do Comércio* (OMC), que deu ganho de causa ao Brasil, a Europa terá que deixar de exportar aproximadamente 3,8 milhões de toneladas de açúcar a partir de 22 de maio de 2006. Esta condição abre um novo mercado para o Brasil que detém condições mais favoráveis de suprir a demanda criada a partir do açúcar europeu que deixará de ser ofertado.

Através da análise dos resultados e informações levantadas a partir de dados secundários do MAPA, foi verificado que o Brasil é o país que mais cresce no setor, pois além de possuir uma grande capacidade de crescimento, também possui o menor custo de produção. Desta forma fundamentamos a rejeição da hipótese nula, confirmando que a queda dos subsídios da União Européia influenciará positivamente as exportações brasileiras de açúcar.

A produção de açúcar no Brasil varia de acordo com a rentabilidade do açúcar e do álcool. A flexibilidade do *mix* de produção existente nas usinas proporciona a escolha entre produzir álcool ou açúcar, dependendo de qual alternativa agrega maior valor econômico ao produto. Atualmente, a Europa tem um estoque elevado de açúcar, excedente que deverá ser vendido até maio, ofertado a preços baixos na bolsa de Londres, logo, no atual momento, não é interessante aos produtores aumentarem a produção de açúcar.

Em contrapartida, a necessidade crescente de um combustível alternativo e renovável, a demanda mundial por álcool e a própria demanda doméstica com a produção crescente de carros *flex-fluel*, tem estimulado substancialmente a demanda por álcool o qual, no momento, apresenta-se como o produto mais viável economicamente.

Mesmo sendo o maior exportador do mundo, o Brasil sofre com sua infra-estrutura logística. Com base na análise dos dados, a atual infra-estrutura logística não será um empecilho para o aumento das exportações, mas é evidente que o atual sistema de transportes é precário e necessita de investimentos. Atualmente, os principais exportadores possuem

terminais próprios de escoamento e armazenagem e todo investimento pesado em melhorias vem da iniciativa privada. Os principais gargalos que necessitam de investimento estão nas rodovias, nos terminais estatais e na malha ferroviária que é praticamente inexistente para o transporte de açúcar.

Considerando as possíveis oportunidades de negócio para o Brasil, a partir da diminuição da oferta do açúcar subsidiado da União Européia, após 22 de maio de 2006, podemos considerar os seguintes cenários alternativos: (i) a UE deixará de produzir e refinar açúcar subsidiado, assumindo os encargos sociais decorrentes dessa mudança sócioeconômica; ou (ii) reduzirá o subsídio, dirigindo o seu excedente produtivo para fins energéticos com a produção de etanol a ser adicionado aos combustíveis convencionais e mesmo redirecionando-o para a exportação.

Caso a demanda por açúcar aumente consideravelmente, o Brasil se verá em situação privilegiada no curto e médio prazo, pois sua produção de menor custo, aliada à fertilidade do solo, que produz a melhor cana-de-açúcar, e ao *know-how* de produção e plantio, geram uma vantagem difícil de ser superada por qualquer outro país produtor. Nas palavras de Merx: "O Brasil cresce uma Tailândia por ano".

No médio e longo prazo, poderemos ter gargalos consideráveis no setor logístico com o aumento considerável da produção carente de escoamento, tanto pela malha rodoviária interna, quanto pela estrutura portuária necessária para o escoamento dos excedentes de exportação. Neste caso, grande parte do esforço produtivo dependerá de substancial apoio governamental no intuito de incentivar investimentos na produção e infra-estrutura, primordiais para a competitividade brasileira no mercado mundial.

A União Européia dirigindo seus excedentes de consumo para o setor energético pouco influenciará o Brasil e possivelmente será o processo de acomodação, satisfazendo a todos os agentes, uma vez que substituirá parte do consumo decorrente de energia não renovável por renovável.

Referências

AGRIANUAL. São Paulo: FNP Editora, 2003.

ALVES, L.R.A. Transmissão de Preços Entre Produtos do Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2002.

ANDRADE, M. C., Área do Sistema Canavieiro. Recife: Sudene, 1988 In ALVES, J. da S. A Evolução da Agroindústria Canavieira da Paraíba na década de 90: transformações nos segmentos agrícola e industrial, nas condições técnicomateriais e econômicas de produção. Monografia. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 2002. http://www.unica.com.br/pages/agroindustria_politicas.asp acesso em 9 de Março de 2006.

BURNQUIST, H.L.; BACCHI, M.R.P.; MARJOTTA-MAISTRO, M.C. Análise da Comercialização dos Produtos do Setor Sucroalcooleiro Brasileiro: Evolução, Contexto Institucional e Desempenho. *In*: MORAES, M.A.F.D.; SHIKIDA, P.F.A. (Org.). **Agroindústria Canavieira no Brasil: Evolução, Desenvolvimento e Desafios.** São Paulo: Atlas, p.182-198, 2002.

CALIENTO, J. **Cana Brasileira: Combustível para Todo o Mundo.** (10 Dez 2004). Disponível em http://www.comciencia.br/reportagens/2004/12/11_impr.shtml. Acesso em 9 de Março de 2006.

CARBAUGH, Robert J. **Economia Internacional**. São Paulo: Thomson, 2004.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia cientifica. 5^a. ed. São Paulo: Prentrice-Hall, 2004.

COSTA, C. C. da. Medidas protecionistas utilizadas pelos Estados Unidos e União Européia para o açúcar: impacto sobre a economia das regiões exportadoras do Brasil. Tese de Doutorado. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em http://www.agricultura.gov.br/. Acesso em 24 abril de 2005.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P.R. da. Indicadores de Competitividade e de Comércio Exterior da Agropecuária Brasileira. Texto para Discussão 908. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Setembro de 2002.

KOSHIBA, L.; PEREIRA, D. M. F. **História do Brasil**. 8^a. Ed. São Paulo: Atual, 2003.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. Economia Internacional, Teoria e Política. 5^a. Ed. São Paulo: Pearson, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia Científica**. 5^a. ed.. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DAAGRICULTURA, PECUÁRIA EABASTECIMENTO. **Agronegócio Brasileira: Uma Oportunidade de Investimentos.** (23 de Nov. 2004). Disponível em http://www.agricultura.gov.br/portal/page?_pageid= 33,968707&_dad=portal&_schema=PORTAL. Acesso em 16 de Abril de 2005.

MINISTÉRIO DAAGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Balança Comercial**. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/BALANCA_COMERCIAL_NOVA/. Acesso em 16 de abril de 2005.

MOURA FILHO, H.P. de. A Organização Comum do Mercado de Açúcar na União Européia: Estrutura, Instrumentos Regulatórios e Interesses. Estudos Infosucro NUCA- IE -UFRJ. Disponível em http://econwpa.wustl.edu:8089/eps/it/papers/0501/0501002.pdf. Acesso em 12 de março de 2005.

RAMOS, P. O mercado mundial de açúcar no período de 1930-1960. **Revista de Política Agrícola**, v.10, n.4, outubro-dezembro, p.26-33, 2001.

SERÔDIO, E. **Açúcar – Eficiência Penalizada.** Disponível em http://www.unica.com.br/pages/artigos_id.asp?id=24. Acesso em 9 de março de 2006.

SHEALES, T.; GORDON, S.; HAFI, A.; TOYNE, C. **Sugar: international policies affecting market expansion.** Canberra, 1999. Disponível em http://www.dfat.gov.au/trade/negotiations/ministerial/sugar_9914.pdf. Acesso em 20 de março de 2005.

SILVEIRA, A. M. A Relação Entre os Preços de Açúcar nos Mercados Doméstico e Internacional. Dissertação de Mestrado. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2004.

SUA PESQUISA. Disponível em www.suapesquisa.com/colonia/. Acesso em 25 de março de 2005.

VALOR ECONÔMICO. **Açúcar Não Tem Avanço em Genebra**. São Paulo, 2002.

VEIGA FILHO, A. O dilema da "escolha do Sofia" nas exportações de açúcar pelo Brasil. **Informações Econômicas**, v. 30, n.9, setembro, p. 53-59, 2000.

VEIGA FILHO, A. de A. **Panorama Das Exportações De Açúcar Brasileiro**. São Paulo: IEA, 2001. Disponível em http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=456. Acesso em 9 de março de 2006.